

Juntas vicinais e o desafio da produção do comum na cidade de El Alto, Bolívia

Vamberto Fernandes Spinelli Junior¹

Resumo: Juntas vicinais são organizações territoriais que visam o enfrentamento de problemas comuns vividos por moradores de bairros populares, os *vizinhos*. Não raras vezes, servem como instrumentos de clientelização política. No entanto, podem também se converter em espaços propícios à construção de um paradigma político *desde abajo*. Na cidade de El Alto, Bolívia, as juntas vicinais se apresentam como referências organizativas prioritárias para a população. Recentemente, no chamado ciclo rebelde, quando vários movimentos se lançaram contra as políticas neoliberais que impactaram o país, as juntas vicinais jogaram um papel central. Queremos com este trabalho problematizar desafios concernentes à produção do comum a partir da dinâmica das juntas vicinais altenhas no referido período, quando o processo de organização e mobilização desencadeado em cada bairro, recolocou, para os vizinhos, o desafio de construção da uma *performance* política *desde abajo* com base em recursos socioculturais próprios e na reivindicação da autonomia vicinal. A afirmação do caráter cívico-vicinal comunitário e a construção de práticas participativas internas mais horizontalizadas deram a tônica do processo. Nessa direção, se conformou uma tendência de realização da autoridade vicinal mediante envolvimento intenso e ampliado da comunidade dos vizinhos em movimento, evidenciando uma sociabilidade política emergente, criativa e inovadora.

43

Palavras-chave: Juntas de vizinhos. Comum. Autoridade.

¹ Vamberto Fernandes Spinelli Junior/vspinellij@yahoo.com.br/ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Vínculo institucional: Faculdades Integradas de Patos – FIP.

Abstract: Neighbouring Leagues (*juntas alteñas*) are territorial organisations based in neighbourhoods/villages that attach priority to tackling problems concerned with neighbouring. They usually work as regular instruments of traditional political patronage, however they may also be converted into promising, fertile spaces for the construction of an alternative political paradigm from below. In El Alto, Bolivia, the Neighbouring Leagues are often seen as a primary reference of organisation to the people. More recently, they played a central role in the so-called rebel cycle, a moment in which various social movements reacted against neoliberal policies that had impacted Bolivia. This paper intends to problematise typical challenges of the process of the making of the common within the dynamics undertaken by *juntas alteñas* during the rebel cycle, one in which the processes of organization and mobilization engendered at the local level of neighbourhoods brought about the challenge of building up both vicinal authority and a political paradigm from below. The revalorization of a vicinal-civic communitarian ethos and revalorization of democratic practices internal to the *juntas*, were key in this process. In this way, vicinal authority was no longer seen to be concentrated in the *juntas*' executive committee, due to the increasing engagement of neighbours in the community's movement – which points out an emergent, creative and innovating political sociability.

Keywords: Neighbouring Leagues. Common. Authority.

Introdução

Este trabalho visa emprestar maior evidência aos desafios da produção do comum a partir de organizações vicinais de bairros/vilas da cidade de El Alto, Bolívia. Está interessado em destacar aspectos-chaves sobre como se produz o comum numa experiência concreta e inspiradora. Pretende discutir a construção de formas emergentes de autoridade popular a partir da dinâmica das juntas vicinais, especialmente no período do chamado ciclo rebelde (2000-2005), quando o processo de organização e mobilização desencadeado em cada bairro/vila de El Alto recolocou, para os *vizinhos*, o desafio de construção de uma *performance* política *desde abajo* com base em recursos socioculturais de propriedade comum e na reivindicação de um princípio de autonomia vicinal, conformando uma tendência de realização da autoridade vicinal mediante um envolvimento intenso e ampliado da comunidade de vizinhos em movimento.

A cidade de El Alto, também conhecida como “cidade aimará” e como “cidade rebelde”, está situada na região metropolitana de La Paz, cidade sede do governo nacional, e é marcada pela presença de um tecido associativo e movimentalista que lhe confere uma capacidade de mobilização talvez sem paralelo em outras cidades latino-americanas do mesmo porte, isto é, hoje com aproximadamente um milhão de habitantes. Suas organizações, e especialmente as organizações vicinais, têm jogado um papel fundamental na dinâmica política boliviana, tendo protagonizado, por exemplo, as vigorosas jornadas de luta de outubro de 2003, conhecidas como *guerra do gás*, evento através do qual a “cidade insurgente” tornou-se mundialmente conhecida como um dos bastiões das lutas contra as políticas neoliberais na América Latina. Ademais, especialmente com os acontecimentos de outubro de 2003, as juntas vicinais passaram a ser saudadas como verdadeiros “microgovernos de bairro” (MAMANI, 2005), como um “exemplo a ser seguido na luta anticapitalista e antiestatal” (PUENTE; LONGA; 2007), como *locus* privilegiado para o desenvolvimento de “poderes não estatais” ou “contrapoderes desde abajo” (ZIBECHI, 2006).

Forma vicinal urbano-popular altenha

As primeiras organizações vicinais vão surgir em El Alto no final da década de 1940. Até a década de 1950, sua escassa população, basicamente migrante de

origem indígena campesina, teve que enfrentar uma situação de abandono em terras inóspitas com um Estado praticamente ausente. Já na década de 1960, vigorosos fluxos migratórios mudariam a fisionomia do território altenho, resultando em um processo de expansão urbana abrupta e desordenada sem que se apresentassem condições infraestruturais urbanas mínimas e uma estrutura econômica capaz de absorver os migrantes que chegavam, de forma que demandas pelo atendimento de necessidades elementares foram se acumulando, e abrindo frentes de luta pela apropriação de recursos urbanos de propriedade comum. A produção do comum na cidade de El Alto consiste, preponderantemente, em esforços no sentido da produção de modos de vida baseados na propriedade comum vicinal, o que envolve, como um elemento sociocultural de base, as formas como lógicas comunitárias andinas trazidas para a urbe altenha pelos migrantes, especialmente indígenas campesinos de origem aimará, foram refuncionalizadas no espaço urbano, favorecendo a criação de formas de autogoverno no nível do território e um sentido forte de cooperação social entre os *vizinhos*.

A luta pelo comum urbano em El Alto passa pelo enfrentamento de problemas referentes à especulação imobiliária, à legalização e planejamento de lotes para edificação de moradias; às formas de apropriação e distribuição dos equipamentos e bens de consumo coletivo, como rede elétrica, rede de água e esgoto, telefonia, serviços de saúde, unidades escolares, transporte coletivo, campos de recreação etc.

De modo geral, as juntas vicinais altenhas foram se consolidando como estruturas organizativas e de mobilização de caráter territorial urbano-popular, tendo surgido “dentro de uma lógica de sobrevivência onde a preocupação vital é melhorar o modo de vida dos vizinhos” (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p.84), o que delimita seu alcance prioritário como ações coletivas reivindicativas com espacialidade territorial localizada. Isto é, seu referente básico é “o concreto e imediato das necessidades vitais”, não transcendendo, em princípio, as fronteiras do próprio bairro.

São organizações que se constituem como espaços preponderantes e preferenciais de participação coletiva, debate e construção de decisões sobre o que é necessário para comunidade dos vizinhos, bem como de elaboração de estratégias de enfrentamento aos problemas comuns e para a articulação de repertórios de mobilização em torno das demandas. De modo que a construção do comum

urbano, por parte dos *vizinhos*, passa, necessariamente, por suas organizações vicinais de base.

O processo de institucionalização das organizações vicinais levou a que elas adquirissem características similares a de uma organização sindical (SANDOVAL; SOSTRES, 1989; LINERA et al., 2008). Sua estrutura interna comporta uma série de cargos com atribuições específicas, conformando um comitê executivo com gestão de dois anos. De tal modo, se estabelece uma clara delimitação entre dois atores vicinais fundamentais: dirigentes vicinais e vizinhos de base, divisão que está na origem de muitos dos desafios para a produção do comum. No entanto, o nível de institucionalização e estruturação hierárquica das juntas encontra seu contrapeso na capacidade de mobilização comunitária dos vizinhos de base que, frequentemente, transborda qualquer formalismo ou verticalismo redutor da prática decomunalização vicinal, interpelando e controlando seus dirigentes.

Ademais, a formação de comissões temáticas e de outras formas organizativas mais localizadas, como a definição de delegados ou chefes de ruas e de quadras, favorece uma dinâmica de base mais ativa, mais criativa e propensa a inibir burocratismos. Estas formas organizativas podem ser propostas tanto pela própria gestão da junta como à revelia desta, envolvendo vizinhos de base descontentes com a condução da gestão.

O sistema de governo das juntas vicinais pretende ser democrático e participativo. A instância deliberativa principal, máxima autoridade, e *locus* onde se consolida uma relação mais orgânica entre os vizinhos de base e dirigentes vicinais, é a assembleia vicinal geral.

Como espaços de deliberação coletiva, de produção de consensos e exposição de divergências, com ampla participação dos vizinhos de base, as assembleias vicinais conferem, mais prontamente, um conteúdo democrático e participativo às juntas vicinais. Além do que são espaços prioritários de interpelação pública aos dirigentes, exigindo-lhes rendição de contas em relação à condução de seus mandatos e às atividades deliberadas em assembleias anteriores. A autoridade do trabalho coletivo da assembleia e de suas resoluções é, em largamedida, o que confere a grande legitimidade institucional das juntas em El Alto e as torna um recurso de propriedade comum.

As organizações vicinais altenhas possuem um perfil próprio em relação às juntas de outras cidades bolivianas. O maior envolvimento comunitário dos *vizinhos*

altenhos não está associado apenas ao característico processo de urbanização de El Alto, onde se avolumam demandas básicas insatisfeitas. O aspecto decisivo na conformação do seu perfil está relacionado à migração de indígenas campesinos de origem aimará que, ao chegarem à urbe altenha, trouxeram na bagagem arraigadas tradições organizativas de seus lugares de origem, e se viram na premência de refuncionalizá-las nas dinâmicas vicinais locais, dando forma característica às práticas sociais de comunalização vicinal.

Redes de parentesco e de compadrio típicas das comunidades rurais andinas, e sua lógica de complementaridade e reciprocidade (*ayni*), recriada no espaço urbano, viabilizam um prolongamento do mundo rural andino aimará na cidade de El Alto, asseguram a manutenção de um estreito laço que une os migrantes com suas províncias e dão sustentação a atividades produtivas, de comercialização, decirculação de produtos provindos do campo dentro de cada bairro, vila, distrito etc., o que implica na conformação de estendidas redes de solidariedade e responsabilização mútua, formas de cooperação bastante ativas no território altenho.

No que tange à conformação sociopolítica das comunidades andinas e sua influência nas dinâmicas vicinais, podemos dizer, em brevíssimas palavras, que a presença de migrantes indígenas campesinos aimarás em El Alto corresponde à presença de elementos das experiências organizativas dos *ayllus* (comunidades indígenas campesinas tradicionais) e dos sindicatos campesinos, da memória das lutas de resistência contra as políticas e estruturas de dominação coloniais e neocoloniais desdobradas no processo de modernização boliviana, bem como da memória de suas rebeliões e de seus repertórios de luta.

Independentemente das imbricações, especificidades e similaridades existentes entre os *ayllus* e os sindicatos campesinos, o que é importante destacar é que, para ambos os casos, temos, como aspectos decisivos, a afirmação do princípio do autogoverno, da autoridade comunitária, do valor da unidade comunal, do valor do servir à comunidade e da disciplina -aspectos que produzem influência em El Alto. As estratégias de inserção/adaptação ao espaço urbano desenvolvidas pelos migrantes indígenas campesinos passaram, flagrantemente, pela apropriação adaptativa e criativa desses princípios nas formas organizativas propriamente urbanas. Nesse sentido, tem-se uma forte relação entre as tradições organizativas comunitárias andinas e a forma como se configura a luta pela apropriação do

comum urbano em El Alto, algo que pode ser verificado, por exemplo, na definição de fins e objetivos tal como inscritos no Estatuto Orgânico da junta vicinal de Vila Atipiris, e na fala de um dirigente vicinal:

Apoiar a todos os vizinhos que vivem na zona e formar um verdadeiro Governo Comunal na comunidade, com responsabilidade dos dirigentes em relação aos vizinhos, e destes em relação aos dirigentes, de forma solidária e mancomunada; lutar infatigavelmente para priorizar e identificar as obras e exigir sua execução às Autoridades Municipais e outros, para o melhoramento da zona; Organizar os vizinhos para jornadas de Ação Comunal, fomentar a limpeza e o ornato público etc. ²(tradução livre do autor).

... para que esta cidade tenha essa unidade, mais que tudo... Isso é nossa cultura, que diz que sim, que temos que respeitar à autoridade, não ao divisionismo... [...] E todos respeitam as instituições. Podem criticar [os dirigentes], podem nos pisotear, podem nos insultar, mas a instituição se respeita. [...] Eu acredito que essa [é a] resposta sobre nossa unidade: o legado que nos foi deixado por nossa cultura [aimará], nosso respeito à autoridade³ (tradução livre do autor).

Juntas vicinais e o Estado

Para além das práticas comunitárias de ajuda mútua, de cooperação e do esforço de realização de um governo local do comum no nível dos bairros/vilas, a construção das demandas vicinais está inextricavelmente articulada à definição de agentes destinatários dessas demandas, e nesse sentido, ao longo da trajetória do “movimento vicinal”, foi se estruturando uma forma de relação que se tornará dominante, postando, de um lado, os atores vicinais organizados como demandantes e, de outro, o Estado e os governos de turno como demandados. Estes, ao mesmo tempo

² “Apoyar a todos los vecinos que habitan en la zona y formar un verdadero Gobierno Comunal en la comunidad y responsabilidad de los dirigentes hacia los vecinos y de éstos hacia los dirigentes, es solidaria y mancomunada, luchar infatigablemente para priorizar e identificar las obras y exigir su ejecución a las Autoridades Municipales y otros para el mejoramiento de la zona, Organizar a los vecinos para jornadas de Acción Comunal, fomentar el aseo y ornato público etc.” Cf. Estatuto Orgânico Junta Vicinal - Urbanización Atipiris, 1995.

³ “... para que esta ciudad tenga esa unidad, más que todo... eso es nuestra cultura que dice que sí, tenemos que respetar la autoridad, no al divisionismo... [...] Y todos respetan las instituciones. Pueden criticar [los dirigentes], pueden pisotearnos, pueden insultarnos, pero la institución se respeta. [...] yo creo que esa es la respuesta de nuestra unidad, el legado que nos ha dejado nuestra cultura [aimará], nuestro respeto a la autoridad”. Entrevista realizada pelo autor (SPINELLI JR, 2014).

em que foram se configurando como os agentes básicos e principais (mas, não os únicos) destinatários das demandas vicinais, foram também, em grande medida, ditando, dentro do processo característico de modernização do Estado boliviano, critérios e formatos regulatórios dessa relação que deveriam ser seguidos pelos atores vicinais para que se garantisse a prerrogativa da interlocução e da mediação dos interesses dos vizinhos junto às instâncias e agentes institucionais estatais.

Considerando que o público não se efetiva como comum senão quando práticas de comunalização se apropriam e efetivam as qualidades comuns do público (HARVEY, 2014), as práticas de comunalização dos *vizinhos* altenhos, organizados em juntas vicinais, correspondem, com maior frequência, a esforços pela efetivação das qualidades comuns dos espaços e bens públicos, tais como estruturados com alguma materialidade pelo Estado nacional desenvolvimentista boliviano (o Estado que resultou da Revolução Nacional de 1952); ou tais como se apresentaram precarizados, privatizados, esvaziados, pela sanha da política neoliberal que se assistiu no país andino a partir de 1985. Ou ainda, como se apresentam hoje, num contexto marcado por reformas profundas experimentadas no Estado boliviano⁴, a partir da organização institucional do governo Evo Morales em 2006, e de uma nova correlação de forças estabelecida no país desde então. Para todo caso, os *vizinhos* se viram e se veem assediados pelo poder, que historicamente tem investido, com modulações variadas, no controle/subordinação ou na dissolução da potência comunal vicinal.

De acordo com Sandoval e Sostres (1989, p.85), as práticas vicinais se sustentam em duas ideias-força primazes: “a necessidade sentida e o pragmatismo na ação”. O caráter pragmático das ações vicinais, associado ao fato de se moverem predominantemente pela premência das necessidades imediatas, favoreceu, em vários momentos, uma significativa situação de vulnerabilidade política e ideológica dos atores vicinais em relação ao Estado boliviano. Por outro lado, esse mesmo caráter pragmático favoreceu, noutros momentos, controvérsias disruptivas com o poder e uma subjetivação política assentada, mais propriamente, nas práticas de comunalização engendradas pelos *vizinhos* nos seus territórios.

Embora assediada sistematicamente por fins privados e pelo poder estatal, as juntas vicinais não deixam de ser um preponderante recurso comum urbano.

⁴ Que resultaram na constituição do Estado Plurinacional boliviano.

O comum deve ser entendido “como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerada crucial para sua vida e subsistência” (HARVEY, 2014, p.145). Neste sentido, nas práticas vicinais concebidas em suas dinâmicas concretas, como um impulso vital, a produção do comum não se revela como uma plenitude autodeclarada, ela se realiza carregada de ambivalências, dificuldades, limites e ameaças de reversão.

Diantedesse reconhecimento, os próprios *vizinhos* vão construindo formas de conceber a si mesmos que reforçam sua disposição de luta pelo comum. É nesse sentido que vai se consolidando o princípio do civismo vicinal, um civismo plebeu e rebelde. Esse princípio confere aos *vizinhos* uma capacidade de autovalorização e autonomia que aciona mecanismos de contenção das investidas já conhecidas de apropriação privada do comumurbano vicinal.

São pilares da concepção de civismo vicinal: (1) a ação vicinal como promotora da cidadania;(2) o “comunitarismo”, isto é, a afirmação de que os interesses da comunidade vicinal devem se colocados acima dos interesses político-partidários, dos interesses de “grupo de amigos ou conhecidos” e dos “interesses pessoais”; (3) o “construcionismo” que preconiza que os atores vicinais devem empenhar-se na construção de uma “junta vicinal sólida”, na construção de uma “nova forma de vida”, de uma “sociedade de acordo com nossa realidade”; e, finalmente,(4) a “qualidade moral” dos atores vicinais, que assinala que a ação dos *vizinhos* deve pautar-se em condutas honestas e respeitáveis, prezando pela “solidariedade vicinal” e pela “capacidade crítica e autocrítica”⁵.

Práticas de comunalização no ciclo rebelde e a emergência de um paradigma político desde abajo

Um dos momentos mais agudos das práticas decomunalização em El Alto corresponde ao chamado ciclo rebelde (1999-2005), um conjunto de mobilizações espalhadas pelo país, em alguns casos, verdadeiros levantamentos populares, que acumularam força suficiente para conter a ofensiva neoliberal em curso na Bolívia. Nesse momento se colocou em evidência um veemente rechaço popular

⁵ Cf. Apresentação do Estatuto Orgânico da Federação de Juntas Vicinais (FEJUVE) da cidade de El Alto, 2001.

à privatização de empresas públicas, ao aumento da tarifa de serviços e à perda do controle sobre os recursos naturais estratégicos, intensificando a crise de credibilidade do sistema político e revertendo decisões governamentais de caráter privatista, chegando ao momento culminante de queda de um presidente da república, em outubro de 2003. Ademais, ao longo do ciclo, foi se consolidando uma agenda comum que projetou mudanças profundas no desenvolvimento nacional e na organização do Estado.

É neste período que ocorre a reversão de uma tendência que tinha se instalado na prática vicinal no período imediatamente anterior, marcado pela hegemonia do projeto de modernização neoliberal (entre 1985-1999), quando qualquer potência movimentalista dos *vizinhos* esteve gravemente desenfaturada. As práticas vicinais locais estavam, predominantemente, subordinadas a mecanismos de clientelização política e às lógicas formais procedimentais inscritas nos novos espaços institucionais de participação abertos com as reformas de caráter neoliberal⁶.

Configurou-se um quadro marcado pelo declínio do marco cívico vicinal, com restrição e subordinação de espaços decisórios próprios, sendo as assembleias vicinais relegadas a um segundo plano e reduzidas a um formalismo procedimental desestimulante. Acentuou-se a cisão entre dirigentes e base vicinais, com reforço de práticas verticalizadas e da restrição à participação de vizinhos de base por parte de dirigentes. Esse quadro só começou a se modificar a partir de meados da década de 1990, quando as dinâmicas vicinais locais converteram-se, paulatinamente, em *locus* de uma profunda insatisfação. Em meio ao agravamento das condições de vida da maioria da população boliviana, consolida-se uma crítica cada vez mais aguda aos dirigentes enredados nas práticas de clientelismo político, aos partidos tradicionais e às políticas neoliberais. Ocorre uma revalorização do civismo vicinal, uma retomada da capacidade de produzir controvérsias com o poder e do interesse e envolvimento dos vizinhos de base em relação à organização vicinal local, bem como uma renovação de lideranças e dirigentes, uma revalorização e rearticulação de processos e espaços participativos no nível do território do

⁶ Esses espaços começaram a ser abertos a partir de meados da década de 1990 com a promulgação da Lei de Participação Popular (LPP). As juntas vicinais tiveram que se adequar como Organizações Territoriais de Base (OTBs) para poder lograr que suas demandas fossem incluídas no orçamento municipal.

bairro/vila, especialmente as assembleias. Aspectos, todos, que levam a uma recomposição das prerrogativas da autoridade vicinal coletiva e dão nova projeção às práticas de *comunalização* urbano-vicinal.

Com o início do ciclo rebelde em 2000 (em Cochabamba com a guerra da água) esse processo se intensifica. O ciclo rebelde foi vivido com muita intensidade na urbe altenha. Os *vizinhos* se projetaram como protagonistas decisivos, especialmente a partir das jornadas da guerra do gás, em outubro de 2003, quando se alçaram como “defensores dos recursos naturais” contra o “governo vende-pátria” a partir de processos de mobilização que tiveram lugar no nível dos próprios bairros/vilas. Em síntese, a guerra do gás consistiu num conjunto de conflitos que se concentraram nas cidades de El Alto e La Paz, envolvendo um volumoso número de atores movidos por uma recusa veemente a um projeto do governo Sánchez de Lozada de exportação do gás natural boliviano para os EUA e México através de um porto chileno, em condições bastante desvantajosas para a Bolívia.

Nesse momento se consolida a agenda de outubro, com enorme significação para as lutas sociais. A agenda incluía: a recuperação do direito de propriedade dos recursos naturais em favor do Estado boliviano, com criação de uma política de desenvolvimento nacional, industrialização do gás e uma distribuição mais justa das riquezas; e a criação de uma Assembleia Constituinte para refundar Estado boliviano.

O ciclo rebelde projetou um poder constituinte que tem grande significação na história recente da Bolívia, culminando com a promulgação da nova Constituição Política do Estado, já numa fase pós-neoliberal, com o governo Evo Morales. Para além desses aspectos que colocam uma potência constituinte numa espacialidade política nacional, interessa-nos neste momento realizar uma breve aproximação da maquinaria vicinal montada ao longo das jornadas da guerra do gás (que duraram de 8 a 17 de outubro de 2003), e que representou, no plano local, uma apropriação do comum em um contexto excepcionalmente marcado por um violento e sistemático assédio das forças militares aos territórios vicinais, visando a dobrar sua resistência.

A guerra do gás tem seu ato inaugural com a deliberação dos *vizinhos* altenhos, em um *ampliado*⁷ de dirigentes, por um *paro cívico* com indicação de

⁷ Assembleia convocada pela Federação de Juntas Vicinais (FEJUVE) que conta com a participação de dirigentes de todas as juntas vicinais da cidade.

contundência e por tempo indeterminado. A paralisação total das atividades e da circulação de automóveis, do transporte de alimentos e de combustíveis visava a não apenas produzir efeitos em El Alto, mas principalmente recrudescer uma crise de abastecimento de combustíveis e de alimentos que já era vivida em La Paz há alguns dias em virtude de bloqueios que vinham ocorrendo no campo, realizados por comunidades campesinas. Disciplinadamente os vizinhos começaram, a partir de seus bairros/vilas, a se apropriar e bloquear avenidas e ruas principais que cruzam seus territórios.

Os bloqueios foram organizados a partir dos recursos organizativos e de mobilização comuns disponíveis e emergentes ao longo das ações. As juntas de vizinhos se converteram nas referências principais para assegurar os bloqueios, as marchas em direção a La Paz, as ações de vigília e as rondas, a preparação de alimentos para os bloqueadores, o cuidado com feridos etc. As assembleias vicinais ocorreram sem excesso de procedimentos, mas mantendo-se como espaços legítimos de deliberação coletiva sobre as ações a serem desdobradas. Não menos importante foi a ativação de sistemas de controle comunitário próprios para assegurar o envolvimento dos *vizinhos* e o cumprimento coletivo das resoluções emitidas nas assembleias.

Houve uma clara apropriação das lógicas comunitárias andinas da reciprocidade e complementaridade (*ayni*) na organização das ações. Ficou decidido em muitos bairros/vilas que as ações para assegurar os bloqueios fossem coordenadas mediante o estabelecimento de um sistema de rotação a partir do qual a participação dos *vizinhos* passou a ser distribuída por turnos. Assim, todos os *vizinhos* puderam, com base num senso de comprometimento mútuo, dar sustentação diuturna aos bloqueios.

A maquinaria social criada pelos *vizinhos* para paralisar a cidade, proteger seus territórios e suas próprias vidas se intensificou com o recrudescimento da violência das forças militares que, para debelar os bloqueios, investiram com armas de guerra contra a população armada basicamente com paus, pedras e seus próprios corpos. O saldo de mais de seis dezenas de mortos, incluindo crianças, não deixa dúvida do quão cruenta foi a sanha militar. O efeito, no entanto, foi contrário: ao lado de uma comoção generalizada e do medo de uma morte violenta, cada vez mais os altenhos se aferraram a uma solidariedade comovedora e a uma disposição de proteger seus territórios a todo custo. Cuidaram dos feridos

e velaram seus mortos ao som intimidador de helicópteros cruzando suas casas. Criaram barricadas com todo material disponível, abriram valas imensas ao redor de seus bairros, usaram de uma força coletiva descomunal para derrubar uma passarela de concreto e impedir o fluxo de tanques de guerra por uma das principais avenidas da cidade. Protegeram suas praças principais como algo vital, reduto onde incansavelmente os *vizinhos* entrincheirados realizavam várias assembleias ao longo do dia. E é nesse contexto que se consolida uma condição irrevogável para a desmobilização: a renúncia do presidente Sánchez de Lozada, o que ocorreria finalmente em 17 de outubro daquele ano. Notícia recebida pelos altenhos em meio à paradoxal situação de ter que contar seus mortos e viver uma irrefreável alegria por ter dobrado o governo vende-pátria, o governo assassino.

Ao longo do ciclo rebelde, talvez como em nenhum outro momento na trajetória do “movimento vicinal”, a distância entre dirigentes e vizinhos de base foi completamente diluída, qualquer prerrogativa decisória distinta conferida pela hierarquia foi anulada. Qualquer ato de verticalismo dirigente foi energeticamente combatido. A participação ampliada dos vizinhos nos processos decisórios foi requerida, assegurada e incentivada. Os fluxos de informação foram também intensificados internamente. Em suma: a realização da autoridade vicinal não esteve centrada no comitê executivo, comportou um envolvimento intenso e ampliado da comunidade dos vizinhos em movimento. É nesse sentido que se evidencia uma radical disposição em assegurar a autonomia vicinal e um comprometimento mútuo intensamente experimentado na vida comunitária como uma forma de produção do comum no nível do bairro/vila. Algo que, no período pós-ciclo rebelde, quando se organiza o governo Evo Morales e se reatualizam os desafios da produção do comum, se combinou à memória sempre viva da guerra do gás, alimentando uma narrativa rebelde que deslocou o lugar de El Alto de “cidade problema” para “cidade revolucionária”, protetora dos recursos naturais da nação, orgulhosa de si. *El Alto de pie, nunca de rodillas* não é à toa seu emblema.

Referências

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LINERA, Álvaro Garcia (Coord.) **Sociología de los movimientos sociales en Bolivia**. 3 ed. La Paz: Plural editores, 2008.

MAMANI, Pablo. **Geopolíticas indígenas**. El Alto: CADES, 2005.

PUENTE, Florencia; LONGA, Francisco. El Alto: los dilemas del indigenismo urbano. Entre la insurrección y el clientelismo. In: SVAMPA, M.; STEFANONI, P. (Comp.). **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

SANDOVAL, Godofredo; SOSTRES, Fernanda. **La ciudad prometida: pobladores y organizaciones sociales en El Alto**. La Paz: Systema; Ildis, 1989.

SPINELLI JR, Vamberto F. **Configurações do “movimento vicinal” na cidade de El Alto, Bolívia: práticas articulatórias, contextos de conflictividade e sociabilidades políticas emergentes**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2014.

ZIBECHI, Raúl. **Dispersar el poder: los movimientos como poderes antiestatales**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.